

EXERCÍCIOS

C

- 1) (CESPE) Decorrem do princípio da reserva legal a exigência de que as entidades da administração indireta sejam criadas ou autorizadas por leis específicas e a de que, no caso das fundações, leis complementares definam suas áreas de atuação.



Lc → Atuação

EXERCÍCIOS

C

2) (CESPE) Mesmo pertencendo ao quadro da administração indireta, o IPHAN deve obedecer aos preceitos da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.



EXERCÍCIOS

E

3) (CESPE) O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

REDUÇÃO

EXERCÍCIOS

C

4) (CESPE) O princípio da proporcionalidade, que determina a adequação entre os meios e os fins, deve ser obrigatoriamente observado no processo administrativo, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

EXERCÍCIOS

E

5) (CESPE) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é proibido que nova interpretação de norma administrativa tenha efeitos retroativos ~~exceto quando isso se der para atender o interesse público.~~

NÃO
EXISTE

EXERCÍCIOS

E

6) (CESPE) O dever do administrador público de agir de forma ética e com boa-fé se refere ao seu dever de eficiência.

~~eficiência~~
MORALIDADE

EXERCÍCIOS

(E)

- 7) (CESPE) As prerrogativas do poder público sobre os particulares, decorrentes da supremacia do interesse público, são ~~integralmente~~^{PARCIALMENTE} afastadas quando a administração, eventualmente, se nivela, sob algum aspecto, a entidade sob regime de direito privado.

PÚBLICO → Superioridade

PRIVADO → Sem Superioridade

EXERCÍCIOS

E

8) (CESPE) A pretexto de atuar eficientemente, é possível que a administração pratique atos não previstos na legislação.

↳ LEGALIDADE

EXERCÍCIOS

C

9) (CESPE) Nos casos de desapropriação e do exercício do poder de polícia do Estado, constata-se nitidamente a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

→ SUPERIORIDADE

E

EXERCÍCIOS

10) (CESPE) O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é um dos pilares do regime jurídico administrativo e autoriza a administração pública a impor, mesmo sem previsão no ordenamento jurídico, restrições aos direitos dos particulares em caso de conflito com os interesses de toda a coletividade.



LEGALIDADE

EXERCÍCIOS

E

- 11) (CESPE) O princípio da impessoalidade, que consagra a ideia de que o poder público deve dispensar tratamento isonômico e impessoal aos particulares, deve ser entendido de forma ~~absoluta~~, já que não comporta exceções ou tratamentos diferenciados pela administração.

EXERCÍCIOS

C

12) (CESPE) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios constitucionais que regem a administração pública, traduzindo-se o princípio da impessoalidade no princípio da finalidade que impõe ao administrador público o dever de praticar o ato administrativo apenas para o seu fim legal.

FINS
PÚBLICOS

Q2

EXERCÍCIOS

- C 13) (CESPE) O princípio da precaução impõe à administração, diante de situações e ações que envolvam risco, a adoção de medidas preventivas contra a ocorrência de dano para a coletividade.

EXERCÍCIOS

721.

E

- 14) (CESPE) Apesar de o princípio da moralidade exigir que os atos da administração pública sejam de ampla divulgação, veda-se a publicidade de atos que violem a vida privada do cidadão.

PUBLICIDADE

EXERCÍCIOS

- 15) (FCC) Entre os princípios aplicáveis à Administração pública, insere-se o da ~~A) impessoalidade~~, com base no qual é coibido o uso de símbolos que caracterizem a promoção pessoal de autoridades em atos e programas de governo.
- B) razoabilidade, que afasta a possibilidade de ações governamentais que impliquem restrições à atuação de particulares com base no poder de polícia.
- C) legalidade, que impede a prática de atos discricionários, fundados em conveniência e oportunidade da Administração.
- D) moralidade, que deve, necessariamente, ser aplicado em caráter acessório e complementar ao da legalidade, eis que não dotado de autonomia.
- E) publicidade, aplicável apenas em relação aos atos administrativos que produzam efeitos em face de terceiros.

AoM

EXERCÍCIOS

B

16) (FCC) Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que

PARTICULAR

- A) em relação ao princípio da legalidade, a Administração ~~Pública~~ não é obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- ~~B) o princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins a serem alcançados pelo Estado.~~
- ~~C) o princípio da eficiência, dada a sua natureza finalística, é prevalente em face do princípio da legalidade.~~

EXERCÍCIOS

Implícios

- D) são aplicáveis à Administração Pública ~~exclusivamente~~ aqueles princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são o da legalidade, da impensoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- E) o princípio da publicidade decorre do direito dos administrados em ter acesso a informações de interesse particular ou coletivo e, por essa razão, não admite a existência de informações públicas sigilosas.

EXERCÍCIOS

17) (FCC) O princípio da supremacia do interesse público

- A) é hierarquicamente superior aos demais princípios, impondo-se sempre que houver conflito entre o interesse público e o interesse particular.
- B) foi substituído pelo princípio da indisponibilidade dos bens públicos, posto que as decisões que visam ao atendimento do interesse público não colidem mais, na atualidade, com os interesses privados.
- C) depende de interpretação do conteúdo no caso concreto, não se aplicando apriorística ou isoladamente, sem considerar os demais princípios e as demais normas que se apliquem aos diversos interesses contrapostos, públicos e privados.
- D) é aplicado quando inexiste disposição legal para orientar determinada atuação, posto que, em havendo, é típico caso de incidência do princípio da legalidade.
- E) depende essencialmente do princípio da legalidade, uma vez que, para sua integral aplicação e validade, é necessário que exista norma legal expressa nesse sentido.

EXERCÍCIOS

E

18) (FCC) O princípio da supremacia do interesse público informa a atuação da Administração pública

A) de forma ~~absoluta~~ diante das lacunas legislativas, tendo em vista que o interesse público sempre pretere o interesse privado, prescindindo da análise de outros princípios.

B) ~~subsidiariamente, se não houver~~ lei disciplinando a matéria em questão, pois não se presta a orientar atividade interpretativa das normas jurídicas.

C) ~~alternativamente~~, tendo em vista que somente tem lugar quando não acudirem outros princípios expressos.

D) de forma ~~prevalente~~, posto que tem ~~hierarquia~~ superior aos demais princípios.

E) de forma ampla e abrangente, na medida em que também orienta o legislador na elaboração da lei, devendo ser observado no momento da aplicação dos atos normativos.

EXERCÍCIOS

B

19) (FCC) A respeito dos princípios básicos da Administração, é correto afirmar:

- A) Em razão do princípio da moralidade o administrador público deve exercer as suas atividades administrativas com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- ~~B) Os princípios da segurança jurídica e da supremacia do interesse público não estão expressamente previstos na Constituição Federal.~~
- C) A publicidade é elemento formativo do ato e serve para ~~convalidar~~ praticado com irregularidade quanto à origem.
- D) Por força do princípio da publicidade ~~todas~~ e qualquer ato administrativo, sem exceção, deve ser publicado em jornal oficial.
- E) O princípio da segurança jurídica ~~permite~~ Proíbe a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa.

EXERCÍCIOS

20) (FCC) Sobre os princípios que limitam e informam a atuação da Administração pública, considere:

- I. O princípio da legalidade estabelece os precisos limites da atuação da Administração pública, ~~não~~ podendo ser invocado para proteger direitos dos administrados.
- II. A observância do princípio da impeccabilidade visa a garantir que a Administração pública ~~não~~ atue para prejudicar ou beneficiar determinados administrados.
- III. O princípio da supremacia do interesse público ~~prevalece~~ sobre os demais princípios, pois toda a atuação da Administração pública deve priorizar o atendimento do interesse público.

EXERCÍCIOS

Está correto o que consta em

- A) ~~I e II, apenas.~~
- B) ~~I, II e III.~~
- C) ~~I e III, apenas.~~
- D) ~~II~~ apenas.
- E) ~~III, apenas.~~



OBRIGADO!



@thalliusmoraes



@thalliusmoraes



Simplifica



Prof. Thállius Moraes



Estratégia
Concursos